

# Análise Política

Ano 2, 52ª Edição - Brasília, 5/8/2021



## Segundo semestre começa com ritmo acelerado no Congresso Nacional

A entrevista do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (AL), na abertura dos trabalhos legislativos do 2º semestre, deram o tom do que deve vir por aí: os próximos meses legislativos serão bastante agitados. Na dianteira das discussões está a Reforma do Imposto de Renda (PL 2337/2021), que teve requerimento de urgência aprovado nesta quarta-feira (4/8) no Plenário da Câmara. Para o cooperativismo, a semana foi marcada, principalmente, pela aprovação no Senado da MPV 1040/2021, que visa modernizar o ambiente de negócios. Após atuação da OCB, incluímos importantes pleitos cooperativistas no texto da proposta, tendo em vista a **desburocratização dos negócios cooperativos**. Além disso, após mobilização da OCB e de outras confederações patronais, foi feita uma sinalização pelos parlamentares pela **exclusão de dispositivo que previa cortes no Sistema S**, no âmbito da MPV 1045/2021 (mudança de regras trabalhistas para enfrentamento da pandemia). Quer saber quais foram as nossas conquistas? Confira a seguir!



Presidente da Câmara, Arthur Lira propõe um cronograma arrojado na pauta legislativa

Pauta legislativa +



# Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara

## Reformas estruturantes

-  **PL 2337/2021 - Reforma do Imposto de Renda** | Status: Aguarda votação do plenário da Câmara a partir da próxima semana.
-  **PEC 32/2020 - Reforma Administrativa** | Status: Tramita em comissão especial da Câmara.
-  **PL 591/2021 – Privatização dos correios** | Status: Aguarda votação do plenário da Câmara a partir desta semana.
-  **PEC dos Precatórios** | Status: Aguarda envio da proposta pelo governo.

**O avanço da Reforma do IR:** Logo após ser anunciada como matéria prioritária para o segundo semestre pelo presidente da Câmara, a proposta de Reforma do Imposto de Renda (PL 2337/2021) teve seu requerimento de urgência aprovado no plenário da Câmara, por 278 votos favoráveis a 158 votos contrários. Apesar de ser uma importante sinalização, isso não significa, necessariamente, que o mérito da matéria vai passar com facilidade na Câmara. Diversos grupos do setor econômico tem feito pressão para que os deputados votem a Reforma Administrativa antes de tratarem de mudanças profundas na legislação tributária, como no caso das entidades do Instituto Pensar Agro (IPA). Tendo acompanhado de perto o tema, a OCB tem o posicionamento de que a Reforma do IR não prejudica o modelo de negócios cooperativista, já que o texto deste projeto não altera a não incidência de imposto sobre o ato cooperativo. O projeto faz parte da Reforma Tributária fatiada juntamente com a CBS e PEC que definirá a nova sistemática.

Legenda:  Tramitação avançada  Tramitação moderada  Tramitação sobrestada (Tendência)

Pauta legislativa +

# Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara

## Política de geração de emprego e renda



**MPV 1045/2021** – Mudança de regras trabalhistas

**Status:** Previsão de ser votada no plenário da Câmara partir desta semana.

**Sistema OCB**  
CNCOP-OCB-SESCOOP

MPV 1045/21 - Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares no âmbito das relações de trabalho por conta da pandemia de coronavírus.

Posicionamento OCB: Pela supressão do artigo 32, §2º, inciso II, caput, e alíneas "a" a "l", artigo 33, artigo 52 e artigo 60 do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 1045, de 27 de abril de 2021.

Em sua atuação na defesa das cooperativas brasileiras, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está atenta às discussões nos Três Poderes da República. Trabalhamos junto com os senhores parlamentares e para desenvolver cada vez mais o nosso ambiente de negócios cooperativista. De acordo com o nosso Anuário do Cooperativismo de 2020, somos atualmente 5,3 mil cooperativas com 15,5 milhões de cooperados nos mais diversos ramos de atuação.

Estamos acompanhando com bastante atenção a MP 1.045/21 uma vez que o projeto de lei de conversão apresentou duas inovações, que não foram discutidas com as entidades e que impactam diretamente os Serviços Sociais Autônomos ou Entidades do Sistema "S" (SESI/SENAI; SESC/SENAF; SEST/SENAT; SEBRAE; SENAR e SESCOOP):

- instituição do Programa Primeira Oportunidade e Reinsersão no Emprego – Priore (arts. 24 e seguintes do PLV); e
- criação do Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva – Requip (arts. 43 e seguintes do PLV).

A proposta institui que, para os trabalhadores contratados no regime do chamado PRIORE, além do salário normal, será instituída uma bonificação em valor equivalente ao salário mínimo hora e alcançará 1/4 (um quarto) do número de horas de trabalho pactuadas, limitado o valor do bônus ao valor mensal correspondente à duração do trabalho de 11 (onze) horas semanais.

Veja a Nota do Sistema OCB  
contrária à possibilidade de  
cortes no Sistema S

Legenda: Tramitação avançada



Tramitação moderada



Tramitação sobrestada (Tendência)



**A retirada das menções ao Sistema S na MPV 1045/2021:** Dentre as prioridades do presidente da Câmara para o início deste semestre, a MPV 1045/2021 trata de mudanças significativas na legislação trabalhista para o enfrentamento dos reflexos da pandemia, como, por exemplo, a suspensão dos contratos de emprego e a redução salarial. Dentre as modificações propostas pelo relator da matéria, deputado Christino Aureo (RJ), estava a retirada de 30% dos recursos de todo Sistema S, como forma de custear os impactos de medidas voltadas à inserção de jovens no mercado de trabalho. O tema foi inserido na MPV sem nenhuma conversa prévia com os setores envolvidos e sem apresentação de cálculo de impacto nos serviços prestados pelas entidades do Sistema S. Na avaliação das confederações patronais, trata-se de uma medida, a princípio, inconstitucional, na medida que impõe a entidades privadas o custeio, praticamente integral, de uma política pública com um tempo de adaptação bastante reduzido. Após forte mobilização da OCB e de outras confederações patronais, há a previsão de acordo de votação para retirar esses dispositivos com impacto negativo ao Sistema S do escopo da proposta.

Pauta legislativa +

# Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara

## Desburocratização e melhoria do ambiente de negócios



MPV 1040/2021 – Ambiente de negócios | Status: Câmara deve analisar nesta quinta (5/8) as modificações realizadas no Senado.

**Desburocratização dos negócios cooperativos:** Outra proposição que deve entrar na pauta da Câmara a partir da próxima semana é a MPV 1040/2021, que visa modernizar o ambiente de negócios. A matéria foi votada pelo Senado nesta semana e, com as alterações, retorna ao plenário da Câmara. As emendas da OCB que permitem a convocação de assembleias mediante edital em sítios eletrônicos pelas cooperativas foram acatadas pelo relator da matéria, senador Irajá Abreu (TO) e apresentadas pela senadora Soraya Thronicke (MS), conforme solicitação da OCB. Além disso, o senador Irajá manteve no texto a permissão para a adoção de livros de folhas soltas ou fichas ou em meio digital, conforme texto aprovado pela Câmara dos Deputados, proveniente da emenda 180, apresentada pelo deputado Evair Vieira de Melo (ES), presidente da Frencoop. O texto aprovado permite, ainda, a realização de assembleias virtuais por associações, o que inclui a OCB e as Unidades Estaduais da OCB.



Legenda: Tramitação avançada Tramitação moderada Tramitação sobrestada (Tendência)

Pauta legislativa +

# Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara



## Prioridades da FPA



**PL 2633/2020 – Regularização fundiária** | Status: Aprovada na Câmara nesta semana, a matéria segue para o Senado.



**PL 6299/2002 – Nova Lei dos Pesticidas** | Status: Previsão de ser pautado no plenário da Câmara a partir do mês de agosto.



Sérgio Souza (PR), presidente da FPA, esteve à frente das negociações

**Ano Parlamentar da Agropecuária (FPA):** Nesta terça-feira (3/8), a Câmara dos Deputados aprovou em plenário, por 296 votos favoráveis, o parecer do deputado Bosco Saraiva (AM) ao PL 2633/2020, que trata da regularização fundiária no país. A proposta prevê a regularização de terras com processo facilitado pelo uso do sensoriamento remoto, em propriedades com até seis módulos fiscais. Entre as prioridades da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para 2021, o projeto teve acordo firmado entre a bancada e o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (AL), em reunião realizada em julho, antes do recesso parlamentar. Há a perspectiva de aprovação de outro item na pauta da FPA, o PL 6299/2002, que atualiza a atual lei de defensivos agrícolas. No entanto, este projeto, que está na [Agenda Institucional do Cooperativismo 2021](#), deve ter maior dificuldade para avançar em sua tramitação, devido a pressão da opinião pública acerca do tema. Recentemente, o relator do projeto, deputado Luiz Nishimori (PR) esteve reunido com OCB e Ocepar para pedir apoio à aprovação da matéria.

Legenda:



Tramitação avançada



Tramitação moderada



Tramitação sobrestada (Tendência)

Pauta legislativa +

# Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara



## Mudanças nas regras eleitorais



**Reforma Política** | Status: Existem cinco iniciativas tramitando. A principal está pronta pra ser votada em comissão especial.



**PEC 135/2019 – Voto impresso** | Status: Está pronta para ser votada em comissão especial, mas não há consenso.

**Reforma Política e os seus possíveis impactos para as eleições de 2022:** Para além da proposta de voto impresso e auditável, bandeira que tem sido levantada pelo presidente da República, mas com grande resistência no Congresso Nacional e no STF, dentre as propostas de Reforma Política em tramitação que mais chamam a atenção é a da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 125/2011, que propõe a adoção do chamado “Distritão”. O objetivo da proposta é modificar o sistema de eleição atual (voto proporcional), que leva em consideração a proporcionalidade de votos dados aos partidos políticos para distribuir cadeira. Assim, os candidatos mais votados em seus estados são os eleitos para um mandato no Congresso Nacional. Se a ideia é simplificar a regra eleitoral, para facilitar o entendimento da opinião pública sobre como votos são convertidos em cadeiras, essa é uma possível saída. Mas a matéria esbarra em uma série de críticas: a tendência geral da adoção desse sistema é fortalecer ainda mais a figura dos candidatos, em detrimento da escolha pragmática dos programas dos partidos políticos, além de concentrar ainda mais recursos financeiros (e consequentemente votos) em candidatos de projeção em todo estado. Caso a matéria seja aprovada em comissão especial, segue para a análise do plenário da Câmara e, na sequência, para o crivo do Senado Federal, ambos devendo ter maioria qualificada de votos (3/5 das cadeiras).

Legenda:



Tramitação avançada



Tramitação moderada



Tramitação sobrestada (Tendência)

Pauta legislativa +

# As prioridades do cooperativismo no Congresso Nacional

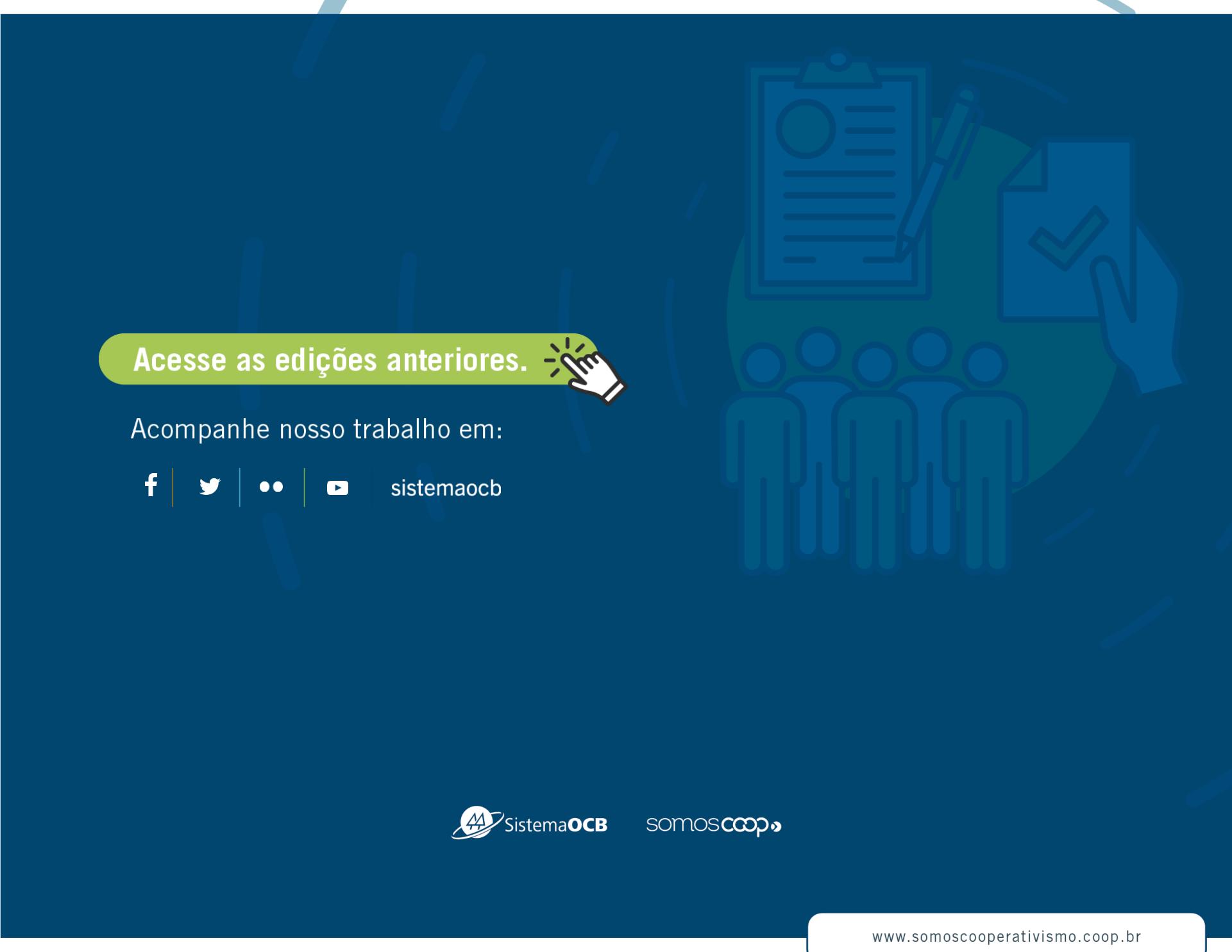


## Prioridades do Sistema OCB | Agenda Institucional do Cooperativismo 2021

- |  |  |   |
|--|--|---|
|  | <b>Ato cooperativo na Reforma Tributária</b>   | <b>Status:</b> O Sistema OCB monitora a tramitação do projeto de lei que institui a CBS e de outras iniciativas em tramitação, atento para a defesa do ato cooperativo. |
|  | <b>PLP 27/2020 – SNCC (LC 130/2009)</b>        | <b>Status:</b> Com negociação avançada entre OCB e Banco Central, a proposta aguarda votação de requerimento de urgência no plenário da Câmara.                         |
|  | <b>PL 8824/2017 – Telecom por cooperativas</b> | <b>Status:</b> Após ser aprovada na Câmara no final do primeiro semestre, a matéria segue ao Senado, com boas perspectivas de aprovação.                                |
|  | <b>PLP 519/2018 – Cooperativas de Seguros</b>  | <b>Status:</b> O tema tem sido pautado pela OCB em diversas reuniões com o governo, mas necessita de maior amadurecimento para a inclusão na pauta do plenário .        |
|  | <b>Recuperação Judicial por cooperativas</b>   | <b>Status:</b> Com o avanço do alinhamento interno sobre a proposta de recuperação judicial do modelo cooperativo, o tema deve ser apresentado como projeto de lei.     |

**Prioridades do cooperativismo para o segundo semestre:** Após importantes avanços na pauta cooperativista na primeira metade do ano, a intenção do Sistema OCB é dar continuidade à sua pauta de prioridades no Congresso. Para tanto, será realizada uma reunião na próxima quinta-feira (12/8) da Diretoria da Frencoop com o objetivo de pautar os parlamentares da necessidade de avanço destes e de outros importantes projetos para o cooperativismo.

Legenda: Tramitação avançada Tramitação moderada Tramitação sobrestada (Tendência)



Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:

